

"Como os pedidos só foram diminuindo, quando o celular tocava de manhã, a gente já sabia que era o banco ligando para cobrar a prestação da casa", lembra o auxiliar de cozinha Luiz Eduardo Meirelles, de 48 anos, que faz doces para festas desde que foi demitido de uma confeitaria da Grande São Paulo, em maio. Ele está no grupo de mutuários da faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida – a que recebe o maior subsídio do governo – que não vem conseguindo pagar as prestações.

Com medo de perder o imóvel, ele conta que vai vender a moto da família e passará a fazer as entregas dos doces de bicicleta. "Trabalhar em casa era um sonho antigo que virou falta de opção, só que todo mundo está segurando gastos e fica difícil vender. A gente passou da fase dos pequenos cortes. Vamos abrir mão de parte do patrimônio para salvar o principal."

A queda na renda e o aumento do desemprego têm pesado na taxa de inadimplência dos beneficiados pela faixa 1. O índice de atraso superior a três meses bateu em 28% em setembro. No mesmo mês de 2015, eram 23% com parcelas em aberto há mais de 90 dias, segundo o Ministério das Cidades. É o maior percentual de atraso desde o agravamento da crise.

Para efeito de comparação, o índice de prestações atrasadas na carteira de crédito que inclui as faixas 2 e 3 do programa, para famílias com renda mais elevada, era de cerca de 2,03% no terceiro trimestre deste ano, de acordo com a Caixa.

O crédito imobiliário da faixa 1 do Minha Casa se destina às famílias que têm renda mensal bruta de até R\$ 1,8 mil. Os preços dos imóveis variam de acordo com a localidade e, como até 90% do valor da casa é custeado com recursos públicos, os novos contratantes pagam prestações mensais a partir de R\$ 80.

Até o ano passado, esses números eram mais generosos: a prestação mínima paga pelos beneficiários do programa era de R\$ 25 ao mês. Além disso, para toda a faixa 1, cerca de 95%

do valor do imóvel era subsidiado.

No Amapá e em Roraima, os Estados com maior porcentual de inadimplentes em setembro, os atrasos nos pagamentos chegam a 41%. Em seguida estão Pará (40%), Bahia (37%) e Mato Grosso (36%). Distrito Federal, Alagoas e Rondônia têm os menores índices, com 7%, 11% e 19%, respectivamente. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo

[Fonte: Tribuna do Paraná / Estadão Conteúdo, 5 de dezembro de 2016.](#)